



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

NA INTERMITÊNCIA DO SER E DO AGIR

A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES NO ESTADO NOVO (1933-1963)

Ana Cristina Martins

Colaboradora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Investigadora Integrada do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa /
ana.c.martins@zonmail.pt

Resumo: Em 1933, a Associação dos Arqueólogos Portugueses instituiu novo regulamento interno, circunscrevendo-se a duas secções de estudo, de Pré-história e de História, redenominando a sua publicação oficial. Iniciada com a Constituição Política da República Portuguesa (1933) e culminada nas comemorações do primeiro centenário associativo (1963), esta longa fase de actividades desenvolveu-se em pleno Estado Novo, cujo ideário não deixou de se inscrever no quotidiano da Associação. Não obstante, promoveu escavações arqueológicas de referência na história da arqueologia em Portugal; integrou organismos oficiais, centrais e locais, de salvaguarda patrimonial; acolheu conferências de arqueólogos estrangeiros, nomeadamente espanhóis, franceses e ingleses; participou, activamente, nos primeiros grandes encontros nacionais de arqueologia; engrandeceu o Museu Arqueológico do Carmo, em especial com artefactos provindos de escavações conduzidas por sócios de nomeada (M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão e Fernando de Almeida); promoveu exposições temporárias; obteve dotações públicas para beneficiação da sua sede. Foi, no entanto, necessário esperar pelos anos 60 para que uma nova geração renovasse a arqueologia em Portugal, transformando a Associação numa academia oficiosa de novas teorias transpostas de além-fronteiras, com realce para a *New Archaeology*.

Palavras-chave: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão e Fernando de Almeida, salvaguarda do património, *New Archaeology*, Arqueologia em Portugal, Estado Novo.

Abstract: In 1933, the Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists) instituted new rules and was limited to two sections of study, Prehistory and History, retitling its official journal. Initiated with the publication of the Constitution of the Portuguese Republic (1933) and culminating in the celebrations of the Association's first centenary (1963), this long phase of activities developed in full *Estado Novo* (New State), which ideas did not fail to enroll in the Association daily life. Nevertheless, the Association promoted relevant archaeological excavations in the history of archeology in Portugal; integrated central and local heritage agencies; hosted conferences of foreign archaeologists, especially Spanish, French and British; participated actively in the first major national archaeological meetings; developed the Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), in particular with artefacts from excavations conducted by appointed members (M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão, and Fernando de Almeida); promoted temporary exhibitions; obtained public funds for improvement of its headquarters. It was, however, necessary to wait for the 60ies for a new generation to renew archeology in Portugal, transforming the Association into na ex officio academy where new foreigner theories were implemented, with emphasis on the *New Archaeology*.

Keywords: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists), Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão, and Fernando de Almeida, Heritage safeguard, *New Archaeology*, Archaeology in Portugal, *Estado Novo* (New State).

“Toda a observação
– e em particular toda a observação experimental –
é uma interpretação dos factos à luz de uma ou outra
teoria.”

(Popper, 2009: 148)

1. PERPETUAR E INOVAR

O novo contexto político português pouco alterou a vida da AAP, embora se adaptasse, como sempre fizera, às circunstâncias surgidas, de modo a garantir a sua sobrevivência. Mas, longe de matizar sensibilidades e proceder, a AAP revigorou convicções, estendendo-se a outras geografias, cronologias, categorias e tipologias patrimoniais e funcionando como baluarte de fervorosos resgatadores do pretérito.

Algo, porém, mudara, comparativamente à sua conduta Oitocentista, como espectável de uma agremiação cosmopolita e de aspiração transnacional composta da melhor intelectualidade, ciente dos rumos a trilhar sob orientação dos mais recentes arquétipos científicos sustentadores da esfera patrimonial e das múltiplas e crescentes novidades arqueológicas geradas além-fronteiras. Por isso, se desdobrou em grupos de trabalho, especializando temáticas, para garante da qualidade exigida por padrões europeus. Revitalizara-se, por isso, em Secções de Arqueologia Pré-romana, Romana, Medieval, da Renascença, Numismática e Sigilografia, Paleografia, Epigrafia e Diplomática, Conservação e Restauro, e Heráldica e Genealogia, na viragem do século, até se resumir, nos anos 30 e 40, às de Pré-História e de História.

Entretanto, reiterava posições algo esbatidas além-fronteiras, a exemplo da unidade de estilo, defendida no seu interior, sob validação da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (1929). Os exemplos sucediam-se, como no do palácio da vila de Sintra, em cuja muralha fronteira os assentos pétreos tinham sido intercalados por balaustradas exibindo candeeiros modernistas, num *pastiche* a evitar, porquanto contrário à reintegração estilística, apesar de falaciosa pela

impossibilidade de retomar o espírito original. Posição tanto mais anacrónica, quando se somava valores instrumentais e artísticos aos de antiguidade, historicidade e rememoração, (re)valorizando (re)utilizações e (re)vitalizações contemporâneas. Era, em todo o caso, a visão perfilhada (1933) na AAP em relação, por exemplo, a castelos, distinguidos pelo Estado Novo para fortalecer a (requerida) unicidade nacional. Tipologia eleita por vários associados, nomeadamente correspondentes, aos quais coube promover o seu estudo e salvaguarda, quando não (re)criação, propondo-se a sua classificação como monumentos nacionais, precedida de inventário (1936). A listagem, contudo, não garantia a sua protecção, mesmo que os sistemas defensivos relembassem guerreiros escorados num espírito independente representado nos povoados fortificados de altura da Idade do Ferro e eternizado em valores populares, campestres, religiosos, místicos, conservadores e paternalistas.

Nada, porém, justificava imprecisões e dislates históricos, como sucedera na recomposição da Lisboa Antiga e no Cortejo Histórico Medieval (1935), repudiados pela AAP. Discernimento que não a impedia de apoiar iniciativas congéneres, desde que orientadas por especialistas. Participou, por isso, no 8.º centenário da Tomada da Cidade aos Mouros (1949), publicando uma edição especial da *Arqueologia e História, Lisboa e seu Termo. Estudos e Documentos* (1947-1948), subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952).

Mas, se as críticas a ultrajes patrimoniais seriam consequentes em estruturas públicas, elas não colhiam, necessariamente, o mesmo resultado em privadas, cujo regime de propriedade continuava, por isso mesmo, a centrar atenções da AAP. De trato difícil, pelas inerentes tradições seculares, o assunto requeria o desbravamento de um longo caminho, deruindo preconceitos e insipiências. Até lá, havia que reunir e disponibilizar, sistematicamente, informação detalhada sobre construções históricas, artísticas e arqueológicas. Projecto concretizável, com maior rigor e celeridade, mediante união de esforços, incluindo de professores, educadores e sociedades

eruditas locais, a exemplo dos Grupos Pró-Évora e Alcaides de Faria Pro-Franqueira, associados à AAP. Cumpria-lhes, pois, motivar autarquias e comunidades intelectuais a conhecer melhor os respectivos passados e a potenciá-los turisticamente, com destaque para os centros históricos, assumidos como forças motrizes das vivências de outrora. Era este um desiderato maior da AAP, em particular das Secções de Arqueologia Histórica e Lisbonense. Mormente, quando reportava a construções religiosas, ainda postas em perigo por caciquismos locais e anti religiosidades extremadas.

Não só. A voragem do tempo e a velocidade do progresso impunham novos olhares sobre o passado, clamando a AAP a preservação de testemunhos civis, sobretudo das principais casas aristocráticas portuguesas aviltadas por multidões desagradadas, poder liberal inflamado e republicanismo obscurecido. Mas, também de exemplos públicos, como os pelourinhos, vandalizados pelo esquecimento da sua função primeva e atendidos, agora, pelo academismo artístico nacional, convidando-se a AAP a colaborar no seu inventário (1930). AAP que alargava as suas preocupações patrimoniais aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, despertando estetas e literatos para estes espaços quase ignotos. Alertava, de igual modo, para situações, como a da fundição de joias áureas proto-históricas (1940) e a desmontagem do Arco de São Bento. Enquanto isso, planeava (1935), sob proposta autárquica, melhoramentos urbanos, num reconhecimento da sua competência neste domínio, prevendo a gestão patrimonial através do turismo e a preservação da envolvente antropizada.

Um interesse acrescido por Lisboa que nada surpreendia, por ter sido a sua génese e acolhimento, engrandecendo com a saída do conjunto principal dos seus membros arquitectos para originar grémio próprio (1902), desde que o dealbar de Novecentos redireccionara a AAP por azimutes arqueológicos e a 1.ª República assumira o património como área estruturante do seu ideário.

Recentrada na cidade que a albergava, a AAP integrava gente destacada das suas artes e letras,

num momento em que o desânimo ainda grassava no país. Privilegiou, então, o inventário como fixador de memórias a robustecer contra tentames obscurantistas e a inanição governamental. Também por isso, fomentou arrolamentos bairristas e tipológicos, enriquecidos com aguarelas; defendeu toponímias originais; alvitrou um boletim associativo intitulado *Arquivo Documental*; divulgou a monumentalidade lisboeta em coluna jornalística; sustentou a manutenção de painéis azulejares nos contextos originais; abraçou, momentaneamente, estudos etnográficos; organizou visitas de estudo; recebeu conferencistas nacionais e estrangeiros. Esforçou-se, ainda, por traduzir o laicismo e o humanismo republicanos mergulhados na *Renascença Portuguesa* (1912), compondo novas linhagens de cientistas, estetas, literatos e livres-pensadores, e subescrevendo homenagens públicas. Por isso, também, considerou testemunhos industriais, subestimados pelo Estado Novo. Diligências que, no seu conjunto, terminaram no Grupo dos Amigos de Lisboa (1936), quando o novo regulamento interno da AAP (1933), instituiu apenas duas secções de estudo – de Pré-história e de História –, a par (oficiosamente) das comissões de Heráldica e de Numismática, redenominando, ainda, o órgão impresso da AAP de *Arqueologia e História* (1922-1932; 1945-) em *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (1934-1943). Um facto ocorrido quando da publicação da Constituição Política da República Portuguesa e em antevésperas da fundação da Academia Portuguesa da História (1936), enquanto a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia afastava, gradualmente, a delegação da AAP da sua Comissão de Estética Cívica. Situação inesperada, quando, no ano anterior (1935), a autarquia solicitara colaboração à AAP na classificação dos monumentos municipais.

O empenho aturado da AAP no resgate do passado observava-se, de igual maneira, na, cada vez mais visível, vertente arqueológica. Daí que analisasse a legislação espanhola sobre o assunto e louvasse esforços locais e regionais de divulgação de saberes. Com a passagem, porém, do tempo, a sua prestação em organismos de salvaguarda pa-

trimonial foi mitigada até se extinguir, (quase) por completo. Exemplo disso, a regulação das escavações arqueológicas (1932), apesar de discordar da entrega da sua gestão a uma única entidade individual que entendia dever ser substituída por Junta central com representação associativa. Proposta, em todo o caso, aceite, sendo a AAP agraciada com a Comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada, numa evidência do seu prestígio, justamente quando se traçavam os novos estatutos da AAP. Ainda assim, foi chamada a integrar a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades (1933), assumindo (1936) a vice-presidência da sua subsecção de Escavações, Antiguidades e Numismática. À AAP cabia, doravante, inventariar o património arqueológico português, vertido em verbetes com bibliografia e localização exacta dos arqueossítios (1934), alertando, em constância, para novas descobertas, escavações e estados de degradação, nomeadamente de estações visitáveis. Um ano depois (1935), a AAP comemorava o seu 72.º aniversário, na presença de representantes ministeriais e da autarquia lisboeta.

Entretanto, os meados dos anos 40 implicaram uma intermitência nas actividades da AAP, certamente originadas nas obras de beneficiação do Museu Arqueológico do Carmo (MAC), realizadas entre 1946-1949. Mas, se os anais emudeceram um pouco quanto a debates históricos e artísticos, eles cumularam acções da Secção de Pré-história, a sua impulsora nuclear, de ora em diante. Possível, também, que aquele (aparente) impasse resultasse da existência da DGEMN, razão pela qual se dedicou, com maior ânimo, ao exercício arqueológico, até para se resguardar de hipotéticas diatribes e interferências políticas no seu quotidiano, mesmo que continuasse a denunciar negligências e abusos contra o património.

2. RECONFIGURAR E RECENTRALIZAR

Desde os anos 70 de Oitocentos que a arqueologia conquistava terreno na AAP, suscitando iniciativas, várias e consequentes, para o seu reconhecimento

académico, parcialmente alcançado com o Museu Etnográfico Português (1893) (MEP), a introdução de cadeiras universitárias exclusivas e a ligação entre o MEP e a Universidade de Lisboa (1913). Falavam, no entanto, reuniões nacionais de arqueologia, à semelhança do sucedido noutros países, onde, contrariamente a Portugal, esta ciência per fazia diversificadas agendas políticas, sobretudo de carácter identitário e hegemónico. Entre nós, continuava a ser cultivada isoladamente, em especial por entidades privadas, individuais e colectivas, desgarradas em acções, porém unidas na vontade de afirmar a ciência que escolheram. O conhecimento, porém, de exemplos transfronteiriços; a consciência da sua relevância para desvendar o passado e alicerçar o presente; o divisar do seu papel na auto-estima populacional; a noção da sua importância no desenvolvimento concelhio, multiplicaram os seus adeptos, mau grado a proliferação de libelos, desconsiderações e insciências. Daí, que integrasse diplomas patrimoniais republicanos, assentasse em *curricula* universitários, figurasse em periódicos, preenchesse colecções e museus, acalentasse expectativas e aproximasse indivíduos e instituições nacionais e internacionais. Nomeadamente, com Espanha, onde bebia saberes e colhia experiências. A AAP não era excepção. Reconhecido baluarte, consistente e prestigiado, da causa patrimonial, desamarrara-se, por fim, da exclusividade umbilical aos estudos artísticos e arquitectónicos, agregando pré-historiadores um pouco orfanados pelos pioneiros de Oitocentos.

Assim, juntamente a sociedades eruditas locais, a AAP assumia-se como arauto da divulgação da arqueologia no país, persistindo, em concomitância, na demanda totalizante do património. Enquanto isso, o Estado Novo reviu, solidificou e adaptou patriotismos, seguindo o curso patrimonialista ensaiado no ocaso monárquico e asseverado pelo Republicanismo. O passado tomou, então, outra dimensão, atestando reivindicações fundacionais, legitimando vivências únicas e substanciando ideologias. Abordagem favorável à institucionalização da arqueologia, ao incluí-la em organismos estatais

de resgate memorial, através de figuras-chave do seu ensino, investigação e divulgação, reflectindo e decidindo procederes concretos e opondo-se, por vezes, a vontades locais e a interesses economicistas de índole nacional. Um processo coroado em escavações paradigmáticas da arqueologia portuguesa e no 1.º Congresso do Mundo Português (1940), também ele dedicado à pré e proto-história de Portugal. Nesse entretanto, tripartiu-se, academicamente, a arqueologia (= Lisboa, Coimbra e Porto), descentralizando saberes e fazeres sequentes de programas pessoais alicerçados em estratégias de reprodução científica, mais ou menos divergentes, enquanto Espanha continuava a ser estratégica, geográfica e idiomáticamente, para a nossa arqueologia. Pelo menos, em permutas de experiências e conhecimentos, a justificar o envolvimento de portugueses em reuniões promovidas no seu território, a exemplo do Sudoeste Espanhol, numa conjuntura de desenvolvimento científico que instava à colaboração internacional, em busca de linguagem comum composta de terminologias exclusivas.

Sem dúvida, o nosso cenário diferenciava-se, em muito, do espanhol, pontuado de inúmeras associações, sociedades, museus, institutos e universidades financiados pelo poder central e particular, assim como por anelos autonomistas, estruturando e anulando exigências regionalistas. Conferiam-se, ademais, bolsas de especialização no estrangeiro que permitiam aprofundar relações bilaterais e, com elas, o reconhecimento da arqueologia espanhola nas principais redes de produção e de circulação de conhecimento. Portugal, por seu turno, carecia, até 1936, de uma Academia da História, dispondo de uma Academia de Belas-Artes demasiado restrita e de um MEP dominado por plano pessoal do seu segundo director, Manuel Heleno (1894-1970) (1929-1964). Mais. O movimento associativo impunha-se com dificuldade; os principais círculos académicos persistiam em não aceitar, na íntegra, a arqueologia pré-histórica, e o Estado não estimulava a investigação arqueológica, apesar de legislar nesse sentido. Rematando este desânimo, o país não suscitava a mesma curiosidade internacional que Espanha,

onde o fim da I Guerra Mundial abria caminho à Restauração e à ditadura, acentuando o iberismo e o africanismo, fundando-se revistas e instituições especializadas. Além disso, recebia mecenato estrangeiro, num enquadramento europeu regrado pela gestação ultra-nacionalista, messiânica e ultramontista, em ambiente patenteado no 4.º Congresso Internacional de Arqueologia (Barcelona, 1929).

Era, assim, que a letargia governamental forçava, de novo, a AAP a tomar decisões arrojadas, nomeadamente quando, respondendo a interrogações sobre passados soterrados, a arqueologia permitia sobrepujar dogmas. Razão bastante para que alguns dos seus cultores fossem sacerdotes neo-escolásticos, combatendo o ateísmo mortilliano, refutando interpretações sociológicas sobre moral e religião, e sustentando o monogenismo. Por isso, também, a arte rupestre reacendeu debates associativos, interpretando-se as gravuras como pictogramas de natureza ascética e mágico-religiosa entendíveis através de comparativismos etnográficos.

Entretanto, os pré-historiadores da AAP continuavam a procurar contrapontos à teoria ultra-nacionalista espanhola acerca da origem portuguesa, reemergindo (res)sentimentos escondidos, há muito, mas não esquecidos. Dever-se-ia, por conseguinte, esquadrihar o território nacional, com o auxílio de sócios-correspondentes, em busca de estações arqueológicas que a refutassem, elaborando, em simultâneo, cartas arqueológicas concelhias e tipológicas. Enquanto isso, discorria-se (1930) sobre placas de xisto como diferenciadoras do megalitismo identificado no actual território português, ao mesmo tempo que se propunha classificar, como monumento nacional, a citânia de Sanfins explorada com subsídios governamentais e apoio de trabalhadores sazonais e da Mocidade Portuguesa (1936), numa parceria bisada em Vila Nova de São Pedro. Ademais, exaltavam-se os guerreiros galaico-lusitanos como símbolos da independência nacional, tão grata à política vigente e reforçada com a presença portuguesa em prospecções e escavações no norte espanhol, quando o (ultra)regionalismo galego se vertia no movimento

Nós e Rexionalismo, próximo da *Renaixença catalã* e do *Asturianismo*, na sua tentativa de compor uma identidade cultural eivada de mitos fundacionais, como o *Covadongismo*. Daí, ser interessante que Eugénio Jalhay (1891-1950), distinto membro da AAP, ultimasse a sua digressão madrilena de 1938 com o encerramento da campanha de escavação da necrópole visigótica de Duratón (Segóvia), a convite do falangista Juan Martínez de Santa-Olalla (1905-1972), a quem a AAP procurou ajudar no seguimento da sua retenção no campo de concentração de Chamérac (França). Mas, se esta sua viagem durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) surpreendia, a sua comparência posterior ali, em plena II Guerra Mundial (1944), para conferenciar sobre pré-história portuguesa e (re)visitar arqueossítios dos arredores madrilenos e malaguenhos, revelava-se tão inusitada quanto as de J. M. de Santa-Olalla (1944) e de Luis Pericot (1899-1978) (1945) na própria AAP.

A procura de particularidades portuguesas no registo arqueológico progredia, ideando-se uma milenar talassocracia atlântica, até que a pressão internacional perigou as aspirações imperialistas nacionais, revigoradas nas comemorações henriquinas (1960), enquanto a Espanha falangista associava o seu império ao domínio tartéssico, de enfoque indigenista. A presumida individualidade portuguesa manifestar-se-ia, ainda, na expansão atlântica das culturas dolménica e do vaso campaniforme, interligadas à gesta Quinhentista e reforçadas com argumentos arqueobotânicos e arqueozoológicos, de inspiração ecossistémica grahamclarkiana. Insistia-se, deste modo, em radicar, no substrato pré-romano, um Portugal catalisado pelo sonho libertário que lhe garanti(r)a a independência no xadrez peninsular, dissemelhando-o das fortunas galega, basca, catalã e valenciana. Por isso, também, se reavaliou o espólio recolhido na Necrópole do Olival do Sr. dos Mártires (Alcácer do Sal), de modo a acercar o território da chama cultural clássica, por intermediação fenícia, conferenciando-se na AAP sobre *O Mito da Atlântida e as origens da cidade de Lisboa* (1934) e as *Relações entre a Península Ibé-*

rica, o Egipto e o Mediterrâneo oriental, durante o neo-eneolítico (1940).

Mas, apesar destes esforços, Portugal não se igualava, nesta matéria, a Espanha, onde a forte presença científica francesa e alemã lhe possibilitava entrar na sua “idade de prata” cultural. Em contrapartida, o nosso país estagnava em investigação arqueológica, por ausência de organismos públicos específicos e de programação concertada de trabalhos. Havia, é claro, exceções. Quase sempre individuais. Não obstante, a arqueologia permanecia arredada da centralidade social portuguesa, sobretudo dos responsáveis pela preservação patrimonial, possivelmente pela ausência de reivindicações nacionalistas e imperialistas que a elevavam noutros países.

Não obstante, as controvérsias, incertezas e conjecturas cumuladas acabaram por atrair investigadores europeus e captar a atenção da comunidade científica portuguesa, mercê, em boa parte, de empenhos individuados. Por isso, se torna sobremodo interessante que, justamente, 1929 fosse tão profícuo em representações associativas em congressos temáticos. Em especial, por ocasião do Congresso para o Avanço das Ciências (juntamente ao de Arqueologia clássica), realizado em Barcelona, enquanto se criava a DGEMN e M. Heleno era nomeado director do MEP. Um ano volvido, a AAP era convidada a fazer-se representar no 15.º CIAAP (Coimbra e Porto), no âmbito da 4.ª reunião do Instituto Internacional de Antropologia. Dois anos depois (1932), recebia Hugo Obermaier (1877-1946), numa altura em que, na linha tyloriana e morganiana, se procurava interpretar, social e economicamente, os períodos arqueológicos, numa transição epistémica inspirada na antropologia norte-americana. Em 1956, foi o sócio-correspondente Juan Maluquer de Motes (1915-1988), fundador da *Zephyrus* e do *Instituto de Arqueología y Prehistoria* (1959), e indigenista assumido, a palestrar na AAP sobre *Las excavaciones estratigráficas de Cortes de Navarra*. Quatro anos volvidos, coube a Juan de Mata Carriazo y Arroquia (1899-1999), professor da Universidade de Sevilha e delegado da respectiva Zona de Serviço de Es-

cavações Arqueológicas, apresentar *Algumas escavações recentes en Andalucía* (1960), ao mesmo tempo que os associados portugueses continuavam a publicar, também deste modo, os resultados das suas investigações.

Não nos iludamos, contudo. Se a pré e a proto-história se transformaram no principal mote arqueológico da AAP, os estudos clássicos não desapareceram, esbatendo-se, apenas, circunstanciadamente. Transcorridos anos sobre as suas primeiras experiências neste domínio, o classicismo readquiriu lugar, ocupando-se da eventual localização de Langóbriga (1944), após a retoma das escavações em Tróia (1940), e antes de receber a conferência do opusdeiano Martín Almagro-Basch (1911-1984) (1945), em representação da *Escuela de Barcelona* (1916), sobre *A colónia greco-romana de ampúrias e os últimos achados*. Foi, todavia, D. Fernando de Almeida (1903-1979) a escavar arqueossítios paradigmáticos da antiguidade tardia, quase sempre na qualidade de membro da AAP, deles resultando comunicações, como *Novas inscrições de Idanha-a-Velha* (1957), e *Novos achados de pedras visigodas* (1958), intervindo em Miróbriga (1957), na vila Cardílio (1963) e ocupando-se dos vestígios romanos encontrados em Lisboa.

Mais. Perfazendo os seus variados percursos e interesses arqueológicos, a AAP não podia ignorar as investigações conduzidas por portugueses no além-mar. Nomeadamente em Angola e Moçambique, acolhendo conferências e estimulando a recolha de material lítico para enriquecer as colecções do MAC. Assim se procurava lançar um programa específico para as (então) Províncias Ultramarinas, sob pena de Portugal se manter arredado dos planos bosquejados, nesta matéria, pelas principais capitais europeias.

No conjunto e na essência, as conferências cumpriam a prática enraizada por Joaquim Possidónio N. da Silva (1906-1896), no sentido de divulgar conhecimentos e discuti-los publicamente. Iniciativas a complementar com exposições permanentes e temporárias no MAC, e cursos de arqueologia pré-histórica, ao mesmo tempo que se alvitava (re)

avivar cadeiras de arqueologia cristã nos seminários, para garante da preservação de sítios arqueológicos. Até porque o §1.º dos novos estatutos da AAP (1933) definia como finalidades *proceder a investigações de caracter arqueológico e velar pela conservação dos monumentos arqueológicos e históricos*. Mas, antes mesmo da revisão estatutária, propunha-se organizar uma série de conferências públicas mensais asseguradas por sócios efectivos e correspondentes (1932). Nomeadamente, quando as excursões a monumentos e sítios destinadas a averiguar, no local, o seu estado de conservação e assistir a palestras temáticas, já não incentivavam o bastante, apesar de fomentadas pelo Estado Novo, pelo interesse que aduziam à interiorização dos (pretendidos) símbolos da nacionalidade portuguesa. Havia, por isso, que centralizá-las em Lisboa, perante os exíguos recursos financeiros da AAP e a difícil mobilização associativa, apesar da obtenção regular de subsídios estatais.

Enquanto isto, a AAP continuava a ceder espaço a outros organismos patrimoniais, sem fins lucrativos, sendo convidada a participar em actos comemorativos de entidades arqueológicas, individuais e colectivas, nacionais e estrangeiras, a exemplo do *Deutsches Archäologisches Institut* (1829). Mas, longos anos se passaram, até que a AAP fosse chamada, de novo, a integrar uma organização institucional. Tal sucedeu em 1957, por ocasião da Semana Arqueológica de Sintra, ao que não terá sido estranha a vereação sintrense do pré-historiador Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), a alma das Jornadas e destacado presidente da AAP (1944-1960). Solicitação repetida no ano seguinte (1958), dessa feita para preparação do I Congresso Nacional de Arqueologia (I CNA), evocativo do primeiro centenário do nascimento de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), no qual participaram inúmeros associados, quer como comunicantes, quer como assistentes. Entre eles, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), o único a sistematizar a situação da arqueologia no país, fornecendo vias para ultrapassar embaraços que a impediam de avançar nos caminhos rasgados por modelares circuitos

arqueológicos europeus. Visão que não foi fortuita nem desapaixonada para os congressistas. Ao contrário. Clarificando o que muitos assinalariam e reflectiriam, permitiu, de viva voz, espelhar o sentir de quantos persistiam em procurar a institucionalização definitiva da arqueologia entre nós. Por isso, foram unânimes na proclamação das *conclusões e votos* do encontro, numa síntese admirável do muito a trilhar até que a sua ciência fosse equiparada a práticas transfronteiriças.

3. EXIBIR E DIVULGAR

Como nas décadas precedentes, o MAC era a face mais visível da AAP, permitindo um contacto directo com diferentes públicos, ecléticos e exigentes, num país em que o analfabetismo continuava a grassar, apesar das reformas educativas republicanas.

A abertura das universidades de Lisboa e do Porto; o crescente associativismo local e regional; o interesse pela arqueologia e etnografia; o desdobrar de espaços museológicos regionais; a multiplicação de colecções; a legislação patrimonial; o aumento de periódicos dedicados ao estudo do passado; a curiosidade da comunidade científica internacional sobre a ciência portuguesa; a promoção de actividades culturais junto dos mais diversos organismos estatais e privados; o aumento do turismo; o tempo livre conquistado, afirmaram o MAC em Lisboa, no país e além-fronteiras, fidelizando visitantes e atraindo quem nele descortinava um caso único no panorama museológico nacional, tanto pela forma, quanto pelo(s) conteúdo(s). Pela forma, considerando o romanticismo que o envolvia; pelos teores, atendendo à diversidade de tipologias patrimoniais que o caracterizara até ao dealbar da nova centúria.

Mas, se o resgate de memórias nucleava a sua actividade Oitocentista, o século XX exigia outra abordagem. Não que recusasse incorporar exemplares ancestrais ameaçados pela acção do homem e da Natureza. Antes pelo contrário, como testemunha o acolhimento de elementos heráldicos cedidos pela recusa dos respectivos proprietários em saldar as

elevadas tributações exigidas pela República, acabando por ser realçados em exposição temporária (1929). Havia, no entanto, que atender a novas teorias de conservação e restauro patrimonial; adoptar os mais recentes rumos da investigação histórica, artística e arqueológica, e aplicar os modernos paradigmas museológicos e museográficos. Exigia-se, sobretudo, aliar ciência, preservação e divulgação, numa união possível na AAP, por reunir renomes da produção de conhecimento nestas áreas, entrecruzado com outros domínios conectáveis à sua actividade fulcral. Ademais, dispunha de museu, como veículo indispensável à difusão dos estudos realizados por consócios, tonificado pelo seu órgão oficial e conferências públicas.

Não bastava. Efectivamente, os museus nacionais existentes impunham uma leitura renovada dos espaços, acervo e comunicação aos visitantes. Por isso, a AAP se esforçou por inovar. Nomeou, então, conservadores especialistas nas várias colecções; promoveu inventários tipológicos; solicitou, à DGEMN, obras de consolidação e adaptação; requereu ampliação do espaço musealizável; beneficiou expositores; organizou e co-organizou exposições temporárias; editou catálogos e brochuras de mostras temporárias; emprestou objectos para exposições nacionais e internacionais; cedeu o espaço descoberto do MAC para exposições que lhe eram exógenas; perpetuou o livro de visitantes; diferenciou tabelas de ingresso; definiu dias de abertura gratuita; enriqueceu a biblioteca; dispensou o espaço a eventos culturais não expositivos; coadjuvou na formação de novos museus. Tudo, em nome da sua missão e da manutenção da atmosfera única que distinguia o MAC.

Mais do que isto, a AAP instou para que, à semelhança de outras colecções e museus, o MAC fosse incontornável no ensino da pré-história em Portugal. Entende-se, assim, melhor a incorporação de materiais resultantes de escavações arqueológicas, mormente de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), mercê do querer dos seus responsáveis – E. Jalhay e Manuel Afonso do Paço (1885-1968) –, membros da AAP. Mesmo, quando, já na viragem para os

anos 60, os parâmetros internacionais fariam duvidar da capacidade do MAC para (cor)responder às normas inscritas em documentos aprovados por tutelas supra-nacionais nesta matéria, ainda que incluísse prestigiados museólogos nacionais.

Sede associativa, museu, biblioteca e espaço de conferências, palestras e cursos, a arruinada igreja do convento do Carmo imortalizava-se no epicentro lisboeta, rememorando ancestralidades remanescidas em diferentes suportes e matérias, graças à vontade inabalável da AAP de perpetuar um símbolo maior da salvaguarda patrimonial no país. De facto, o MAC funcionava como expositor e (con)firmação dos seus propósitos e etapas percorridas com vista ao seu alcance, lembrando, em permanência, a sua própria História e o processo de (não) salvaguarda patrimonial registado entre nós desde a sua fundação (1863). As próprias alterações orgânicas da área expositiva dizem-nos muito acerca da diversidade e acréscimo do respectivo acervo, bem como da apreensão de conhecimentos inerentes às diferentes disciplinas cultivadas na AAP, à museologia e museografia, além de espelharem os interesses, empenhos e capitais de quem orientava os seus destinos em determinado contexto, patente, aliás, na emergência e (re)configuração das sucessivas secções de estudo.

4. REFORMAR E MODELAR

Primeira sociedade erudita constituída em Portugal para promover, em exclusivo, a urgência da preservação de memórias essenciais ao saber e valorização do pretérito dos seus diferentes recantos, a AAP incorporou letrados, artistas e sociabilizações adaptáveis aos agendamentos dos quais dependia. A excelência do seu escol determinou resoluções institucionais neste âmbito. Mais do que isso, o sentido, a lógica e a proficiência dos seus empreendimentos justificaram, em pleno, a agregação de alguns dos seus nomes em organismos de administração central e local vocacionados para o estudo, preservação e divulgação histórica, artística e arqueológica, na sua (então) dupla dimensão, móvel e imóvel. Com o

decorrer dos anos, tornou-se num modelo de tenacidade, firmeza e qualidade. Conjunto de atributos que lhe mereceu admiração de quem a secundou, num país que parecia dispensar um determinado passado, por ausência de motivos propícios ao seu estudo, presentes noutros países europeus.

Enfrentando, amiúde, escolhos de origem, natureza e dimensão diferentes, a AAP, nunca desalentou, antes cresceu na adversidade. Mercê dos capitais das suas figuras de proa, sobreviveu e acumulou experiência e artefactos para o seu museu. Enquanto isso, despertava sentidos e modelava consciências. Gradualmente, fez-se escutar. Da sua voz, assomaram sociedades locais e museus alimentados por doações particulares e escavações arqueológicas. Contribuindo, sobremaneira, para a afirmação do ideário patrimonial no país, o seu historial representa o evoluir interno neste quadro de actuação, timbrando momentos decisivos do seu devir. Acompanhando progressos científicos e tecnológicos; actualizando-se bibliograficamente e interiorizando teorias, os consócios mais destacados concorreram, de modo inegável, para o progresso das disciplinas inerentes. Por isso, especializaram erudições; por isso, formaram secções de estudo específicas.

Assim se impôs, numa demonstração de clareza e antevisão dos seus membros, principalmente quanto à incontornável abordagem holística do património e de uma certa atitude para com a arqueologia, ainda demasiado arreigada à sua imagem Oitocentista. Resultado e consequência do curso dos tempos, a AAP ilustra como uma plêiade renovada de intelectuais portugueses institucionalizou o resgate patrimonial, acrescentando novidades ao seu exercício e afirmando a sua prática estabilizada pela rede de sócios correspondentes tecida ao longo de décadas. Entender a AAP, é conhecer capítulos assinaláveis da salvaguarda do património em Portugal. Não pode, por isso, ser ignorada. Por isso, não deve ser esquecida. Deve, antes, ser (re) lembrada em permanência, como contínuos são os temas, os problemas e os obstáculos erguidos no curso do seu enraizamento, fazendo vingar ideias e

ideais, rememorando páginas de antanho mediante (re)visitações presentes, para fruições vindouras.

Foi, sobretudo, no Estado Novo que a AAP procurou reconquistar lugar na área patrimonial, conseguindo-o mediante representações em organismos tutelares de âmbito lisboeta e nacional. Papel desempenhado, também, graças a ligações interpessoais firmadas com responsáveis científicos e administrativos, muitos dos quais integrando a AAP, numa perpetuação das bases de trabalho lançadas nos anos 20 e solidificadas entretanto. Fosse pelo prestígio dos seus dirigentes; proximidade com a arqueologia em Espanha; ligação ao poder central; fosse por ser a única agremiação de actuação verdadeiramente nacional, a AAP soube, não obstante desacertos pontuais, agregar referências portuguesas, funcionando como cenáculo de apresentação, discussão e divulgação no domínio abrangente do património. Interligou, por conseguinte, saberes históricos, artísticos e arqueológicos, assumindo, com maior veemência, a arqueologia como seu frontispício mais perceptível, garantindo-se e consolidando-se no circuito patrimonial ao transmudar-se na casa dos arqueólogos portugueses.

Aspiração verificada no próprio I CNA, cujos convidados espanhóis conheciam bem a AAP, e onde E. da Cunha Serrão discorreu, talvez pela primeira vez, de modo assertivo e estruturado, sobre o panorama arqueológico nacional, elencando problemas e resoluções, principiando pelos primeiros: fiscalização ineficaz dos trabalhos de campo, formação arqueológica deficiente e conhecimento escasso dos *métodos científicos* auxiliares. Dirimi-los, todavia, significava ultrapassar a angustiante falta de meios materiais e a indiferença (filha da ignorância) generalizada pela arqueologia, prescindível no discurso político vigente. Não se ignorava, é certo, a bibliografia gerada, por exemplo, em Inglaterra. Além disso, o país fora visitado em 1949 por Vere Gordon Childe (1892-1957), recebendo professores e alunos universitários ingleses em campanhas arqueológicas, a exemplo do pré-historiador e professor de Oxford, Charles F. Ch. Hawkes (1905-1992). Enquanto isso, abrilhantava-

-se as salas do Instituto Britânico, da Sociedade de Geografia e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com arqueólogos estrangeiros, como a inglesa Jacquetta Hawkes (1910-1996) e o galês, especialista em Neolítico, Glyn Daniel (1914-1986). Entrementes, Jorge Borges de Macedo (1921-1996) e Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) traduziam e anotavam uma obra estruturante do pensamento childeniano, *Man makes himself* (1936), editada pela Cosmos (1947), antes do próprio E. da Cunha Serrão viajar até Inglaterra (1952), em visita de estudo organizada pelo *British Council* (1934), contactando, então, com o dinâmico *Institute of Archaeology* da *University College of London* (1826).

A viragem para os anos 60 foi, sem dúvida, decisiva, ao multiplicar iniciativas, consistentes e duradouras, nas áreas da docência, do estudo no terreno e de gabinete, da conservação, apresentação, divulgação e gestão. A maioria, após o I CNA funcionar como passagem oficiosa de contributos geracionais, substituindo antigas visões e abordagens por uma renovada *praxis* emanada de um modo diferente de analisar a dinâmica do pretérito humano originado em recentes sínteses e possibilidades arqueométricas. Depois, em 1963, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da AAP, composta de inúmeras iniciativas, desde conferências a mostras bibliográficas, e na qual colaboraram as instituições nacionais consagradas à arqueologia, com a presença de altos dignatários políticos, numa constatação, inequívoca, da sua relevância e centralidade neste domínio. Importância consequente do envolvimento, no seu seio, dos nomes centrais da arqueologia em Portugal, ao mesmo tempo que justificativa da contínua associação de novos investigadores, na certeza de que, com a AAP e na AAP, concretizariam os seus anseios. Daí, também, que os seus melhores pertencessem a academias, direcções, juntas e comissões governamentais, numa ratificação pública da sua proficiência. Por isso, a AAP reunia a elite da arqueologia nacional, dela brotando novas linhas de análise, mormente quanto ao estudo da pré-história, muitas das quais bebidas em colaboradores dos Serviços Geológicos

de Portugal (1918), cientes de que o conhecimento científico era intrínseco à cultura nacional.

Não era, contudo, chegado o momento da ruptura, considerando que parte significativa das instituições-líder da nossa arqueologia continuava a ser protagonizada por quem persistia em discursos histórico-culturalistas e estruturo-funcionalistas, conquanto buscase integrar novos estudiosos entusiasmados com o processualismo da *New Archaeology* (1958). Era o caso da AAP, até ao falecimento de J. Fontes e a afirmação de D. Fernando de Almeida, a quem coube, juntamente com E. da Cunha Serrão, incentivar uma nova geração estimulada pelos horizontes vislumbrados, debatendo teorias, aplicando metodologias, abraçando projectos interdisciplinares, especializando saberes, sorvendo bibliografia estrangeira e apresentando os seus primeiros trabalhos. Tudo, num ambiente de academia oficiosa liberta de preconceitos e ávida de novidades que não encontrariam, (quase) em absoluto, nos meios universitários complementados desta maneira. O caminho estava descerrado, procurando-se, com maior entusiasmo, o internacionalismo arqueológico, para internacionalizar a arqueologia em Portugal, requerendo comunicação e publicação noutros idiomas, mormente inglês, e estreitando colaboração com escolas e personalidades estrangeiras, para desfazer qualquer isolamento epistémico, agora que a ciência se desobrigava de doutrinarismos e metafísicas para se revestir do optimismo triunfante da *Big Science* convergida, em breve, na crise essencialista.

Mas, esta é outra página do histórico associativo.

BREVES REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1959-1960) – *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, em homenagem a Doutor José Leite de Vasconcelos*. 2 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX. In MORA, Gloria; DÍAZ-ANDREU, Margarita, eds. – *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Universidad de Málaga: 403-416.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, T. (eds.) (1996) – *Nationalism and archaeology in Europe*. San Francisco: Westview Press.

FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8: 86-108.

FITAS, J. S.; RODRIGUES, M. A. E.; NUNES, M. de F. (eds.) (2008) – *Filosofia e História da Ciência em Portugal no século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*. Paris: CNRS.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – As Três Idades da Arqueologia Portuguesa. *Forum*. 2, Braga: 5-12.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. 5, Braga: 91-110.

LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, Pedro, ed. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4 (1), Lisboa: 389-432.

MARTÍNEZ-NAVARRETE, I. (1997-1998) – The development of Spanish archaeology in the 20th century. *Archaeologia Polona*. 35-36: 319-342.

MARTINS, Ana Cristina (2005a) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963*. Texto policopiado Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Cristina (2005b) – Museu Arqueológico do Carmo: aconsagração e memória. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, eds. – *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: AAP: 40-93.

MARTINS, Ana Cristina (2008a) – «A Oeste nada de novo»? *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 15: 233-291.

MARTINS, Ana Cristina (2008b) – (Instru)mentalizar saberes. A arqueologia como novo plano de poder. In OLIVEIRA JORGE, Vítor; COSTA MACEDO, J. M., eds. – *Crenças, Religiões, Poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Edições Afrontamento: 279-301.

MARTINS, Ana Cristina (2009) – O Megalitismo no discurso arqueológico português. Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária mirada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: 607-616.

MARTINS, Ana Cristina (2014) – O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958) entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico. *Actas do 2.º Encontro Internacional do HetSci - Internacionalização da Ciência e Internacionalismo Científico*. Évora: CHFCi/IHC (no prelo).

MARTINS, Ana Cristina, GOMES, João Fernandes (2003) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Cidade de Lisboa: uma Eterna Cumplicidade. *Olisipo*. vol. 17. Lisboa: Grupo «Amigos de Lisboa»: 61-106.

PAÇO, Manuel Afonso do (1951) – Padre Eugénio Jalhay. *Arqueologia e História*. 8.ª série, vol. V. Lisboa: AAP: 60-61.

POPPER, Karl (2009) – *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70.

ROLLO, M. F.; QUEIROZ, M. I.; BRANDÃO, T.; SALGUEIRO, A. (2012) – *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões / Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SÁNCHEZ-Ron, J. M. (2007) – *El poder de la ciencia. Historia social, política y económica de la ciencia (siglos XIX y XX)*. Barcelona: Crítica.

TRIGGER, Bruce G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Crítica.

WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Editorial Crítica.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt